

CONTICOM APRESENTA REIVINDICAÇÕES DO RAMO AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL

Luiz de Queiroz e Valdemir Oliveira (Popó) foram recebidos em audiência pelo senador Delcídio Amaral

Os dirigentes da Conticom Valdemir Oliveira (Popó) e Luiz de Queiroz foram recebidos em audiência pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, Delcídio Amaral (PT-MS).

NEGOCIAÇÃO - Durante encontro em Brasília, na semana passada, os dois apresentaram a pauta de reivindicações dos trabalhadores do Ramo da construção e da madeira e alertaram que o crescimento exponencial registrado pelo setor no último período necessita receber dos parlamentares uma atenção à altura, particularmente no que diz respeito à prevenção e segurança, formação e qualificação profissional dos operários.

PASSIVOS - Uma das preocupações expostas por Popó e Luizinho ao presidente da CAE do Senado é o fato de empresas que têm pendências trabalhistas vencerem licitações públicas, acumulando financiamentos e imensos passivos sem o mínimo de responsabilidade social. Para enfrentar o problema, alertaram, a Conticom defende a emissão da Certidão Negativa de Débito como instrumento de



fiscalização e combate à impunidade. Além disso, os dirigentes alertaram para as dimensões que alcança a informalidade no setor, a necessidade de maior investimento em fiscalização e do trabalho

conjunto de auditores com as entidades sindicais. O senador se prontificou a ser um porta-voz dos trabalhadores do Ramo no Senado, sublinhando a boa relação com as entidades do Mato Grosso do Sul.

CONTICOM CUT PREPARA NOVA PÁGINA NA INTERNET

Com apoio da Secretaria Nacional de Comunicação da CUT, a Conticom está preparando uma nova página na internet, que passará a contar com tv e rádio web, além de espaço para as redes sociais como o facebook. A fim de ampliar os conteúdos disponibilizados, solicitamos aos companheiros que nos abasteçam de informações, fotos e tudo o mais.

CMS ABRE GUERRA CONTRA "AGENDA REGRESSIVA IMPOSTA PELOS INTERESSES DO SISTEMA FINANCEIRO E SUA MÍDIA"

A plenária nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) elevou o tom contra a "agenda regressiva" imposta pelos interesses do sistema financeiro e sua mídia, decidindo pela realização de uma jornada unificada de lutas, ampla e massiva - já no primeiro semestre - em defesa de mudanças na política econômica e da democratização do Estado. As entidades populares defenderam a implantação de reformas estruturais - como a agrária, urbana, educacional e política -, e a construção de um novo marco regulatório das comunicações para pôr fim ao oligopólio privado e garantir a mais plena liberdade de expressão.

REPRESENTATIVIDADE - Com a presença de 80 dirigentes de entidades sindicais, de trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, comunitárias, femininas e da negritude, representando 11 estados (AP, BA, ES, MG, MT, PR, RJ, RO, RS, SC,



Artur defendeu ação unitária do movimento social pela democratização do Estado

SP) e do Distrito Federal, a plenária realizada sexta-feira na sede da Apeoesp, na capital paulista, debateu a conjuntura nacional e internacional, apontando formas unitárias de atuação no próximo período "para impedir o retrocesso".

CAMINHO DAS RUAS - Conforme o documento aprovado pela plenária da CMS, embora a eleição da presidenta Dilma esteja ligada "à determinação do povo por mais mudanças, pela afirmação da soberania nacional e o aprofundamento da democracia", "existe forte pressão dos setores conservadores e sua mídia para impor uma agenda regressiva ao próximo período". "As ações implantadas nesse início de mandato pela equipe econômica - sob justificativas do controle da inflação e das contas públicas - seguem num caminho diferente do apontado pelas urnas e reproduzem a pauta imposta pelos interesses do setor financeiro, sustentadas no Banco Central". Exemplo disso, aponta a CMS, "é o aumento dos juros, o congelamento das contratações públicas, o contingenciamento de 50 bilhões de reais e o pouco diálogo no debate sobre o reajuste do salário mínimo".

GAMBIARRA: DENUNCIE!

O absurdo descompromisso com a saúde e a segurança do trabalhador, bem como a certeza da impunidade, faz com que certas empresas percam até mesmo a noção do ridículo, expondo certificados como o ISO 9001 em suas placas para enganar incautos.

IRRESPONSABILIDADE - Teoricamente a certificação internacional ISO deveria designar “um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações em geral”, com “análise de segurança” e “responsabilidade da direção” em relação ao empreendimento. Como podemos ver na foto ao lado, a imensa obra da Silco Engenharia no Setor Hoteleiro Sul, área nobre da capital federal, a propaganda na placa é enganosa, só para inglês ver.

DENÚNCIA - Diante da sacanagem e de tamanho desrespeito com a vida, a Conticom/CUT solicita que as Federações e Sindicatos filiados ampliem as denúncias, fotografando as barbaridades que ocorrem de Norte a Sul do país. Documentar estas irregularidades com que nos deparamos no dia a dia é fundamental para pôr um fim nas gambiarras e na vida fácil dos que lucram com o sangue do trabalhador.

CAOS - Expor o caos no Foto Gambiarra, com o registro do nome da empresa, a data e o local do crime é a melhor forma de dar visibilidade ao tema constantemente invisibilizado pelos grandes meios de comunicação - sempre com o rabo preso com o patrão e suas propagandas.



Até Certificado Iso 9001 tem a construção da Silco Engenharia no Setor Hoteleiro Sul, no centro de Brasília, que mantém operário com pé descalço



PF PRENDE 3 EM CAMPINAS POR CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE 26 OPERÁRIOS: NÃO TINHAM NEM CAMA PARA DORMIR

Três pessoas foram presas após o flagrante feito em um alojamento no Jardim Florence, periferia de Campinas-SP, onde 26 trabalhadores da construção civil viviam em condições precárias. A Guarda Municipal e a Polícia Federal foram até o local após denúncia anônima.

Na quarta-feira (23), fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego foram até o galpão para investigar o caso. Eles fo-

tografaram o local e conversaram com vizinhos para colher informações que vão fazer parte do processo de investigação.

PICARETAGEM - O dono da empresa terceirizada da Goldfarb e dois funcionários foram presos. Os trabalhadores foram encontrados no galpão sem as mínimas condições de higiene e sem cama para dormir. Eles foram trazidos do Maranhão com a promessa de ganhar mais de R\$ 2 mil por mês.



Veja no Portal do Mundo do Trabalho www.cut.org.br a cobertura completa do Fórum Social Mundial de Dacar

DESPESA COM JUROS EM JANEIRO É MAIOR QUE UM ANO DE BOLSA FAMÍLIA

O setor público brasileiro consolidado (governos federal, estaduais e municipais) registrou superávit primário de R\$ 17,748 bilhões em janeiro, de acordo com informações divulgadas sexta-feira (25) pelo Banco Central (BC). O valor é bem maior do que o orçamento de um ano do Bolsa Família (cerca de R\$ 12 bilhões). No primeiro mês de 2010, o superávit foi de R\$ 16,084 bilhões.

JUROS - O superávit em tela é uma economia que os governos fazem para bancar o pagamento dos juros da dívida pública. Para obtê-la, as autoridades são induzidas a cortar gastos com saúde, educa-

ção e aposentadorias (salário mínimo), entre outros. Tudo é feito sob o manto da austeridade e responsabilidade fiscal.

Opera-se por este meio uma chocante transferência de renda do conjunto do povo brasileiro para os bolsos dos credores da dívida interna, especialmente banqueiros e investidores estrangeiros. O Brasil paga as maiores taxas reais de juros do mundo e é um verdadeiro paraíso para os especuladores que dominam o mercado financeiro.

Fixada em 11,25% ao ano na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, a taxa básica de juros (Selic), base da remuneração dos

títulos públicos, atrai capital especulativo de curto prazo de todo o mundo. Pega-se dinheiro emprestado nos EUA a juros que variam entre 0 a 0,25%, bem como em outros países do dito 1º Mundo, para comprar títulos públicos que rendem 11,25%.

É um ganho fácil, preguiçoso e seguro, já que os especuladores adquirem títulos da chamada dívida soberana, bancada pelo Estado nacional. O ingresso de recursos desta natureza no balanço de pagamentos brasileiro contribui decisivamente para a valorização do real, que provoca notórios estragos na indústria nacional.

Umberto Martins/Vermelho